

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

**ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE- CONSEMA**

Aos dezesseis dias do mês de maio de 1997, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na Sala de Eventos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, situada na Av. A. J. Renner, 10, nesta capital, com início às 14h25min e com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Antônio Carlos Rossato**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicações; **Sra. Juliana Erpen**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra Dione Dick Vasconcellos**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. João Carlos Minella**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; **Sr. Herbert Klarmann**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Paulo Ardani Siqueira Otton**, Representante do Secretário de Obras Públicas, Saneamento e Habitação; **Sr. Claudio Nuncio**, Representante do Secretário da Justiça e da Segurança Pública; **Sr. César Augusto Mazzillo**, Representante Suplente de Instituição Universitária Privada/PUCRS; **Sr. Bruno Irgang**, Representante Suplente de Instituição Universitária Pública/UFRGS; **Sr. Flavio Lewgoy**, Representante Suplente da AGAPAN; **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro e Sra. Maria Henriqueta Homrich**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente da ADFG/Amigos da Terra; **Sr. Luiz Augusto Signor**, Representante Titular da ABEPAM; **Sr. Vanderlei José Weschenfelder**, Representante Suplente do SINDIAGUA; **Sr. Ivo Krauspenhar**, Representante Suplente da Fundação Zoobotânica; **Sr. Hugo Springer**, Representante da FIERGS; **Sr. Antônio Boeira de Almeida**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Júlio Cesar Pannebecker**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; e **Sr. Flavio Ferreira Presser**, Secretário Executivo e Diretor-Presidente da FEPAM. Participaram ainda, como convidados, o **Sr. José Luiz Porto de Azambuja** - Coordenador do Pró-Rural e **Sr. Luiz Corrêa Noronha** - Coordenador do Pró-Guaíba. O Diretor-Presidente da FEPAM, dando início a reunião, procedeu a leitura das comunicações enviadas à Secretaria Executiva do CONSEMA, que são as seguintes: **fax da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações** informando a impossibilidade do Dr. Assis Roberto de Souza, participar desta reunião, comunicando que se fará representar pelo Sr. Antônio Carlos Rossato. **Of. 017/97 - da Associação Ecológica Parceiros da Natureza - ASEPAN** - comunica que seus Representantes, Titular e Suplente não poderão comparecer por motivos de saúde e de impedimentos de última hora. **O Sr. Isaac Zilberman, Representante Titular do Comitê de Bacias Hidrográficas** comunicou através de ligação telefônica que não comparecerá a esta reunião por encontrar-se em compromisso fora do Estado. **Of. GF. 743-19/97 - da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS**, comunicando que o Sr. Júlio César Pannebecker, Titular e o Sr. Eduardo Nogueira da Rosa, Suplente, representam esta entidade neste Conselho. **Of. Gab. SCT/127/97-Secretaria de Ciência e Tecnologia**, comunica que estará representada pela Dra. Dione Dick Vasconcellos, Assessora Jurídica desta Pasta. **Fax da Secretaria de Educação** comunica que a Professora Christina T. G. Gresele, representante desta entidade estará impossibilitada de comparecer a esta reunião por encontrar-se na execução do “Encontro de Integração para Educação Ambiental do Pró-Guaíba”. A Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã, enviou ofício convidando os Conselheiros para participarem do “18°

44 Encontro Estadual de Entidades Ecológicas”, a ser realizado de 26 de maio a 1º de junho do corrente
45 ano, na Vila Itapuã, município de Viamão. O Sr. Flavio Presser solicitou que fosse distribuída cópia
46 do referido evento aos presentes e que o mesmo fosse encaminhado aos Conselheiros que não
47 participaram da reunião. Após a conferência do quorum, passou-se ao primeiro item da pauta:
48 aprovação das seguintes atas: Quarta Reunião Extraordinária dos dias 16/01, 30/01 e 20/02/97;
49 Sétima Reunião Ordinária do dia 21/03/97, tendo em anexo o texto da Política Ambiental. O Sr.
50 Claudio Nuncio manifestou-se sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, fazendo menção,
51 especificamente, sobre a seguinte redação: “atribuição básica do órgão de meio ambiente”, da
52 “Exposição de Motivos”, dizendo que esta situação deveria estar no plural. O Sr. Flavio Presser
53 disse que não estava em discussão o texto da Proposta, explicando ao Conselheiro que esta Política
54 já havia sido aprovada como Moção e encaminhada ao Sr. Governador do Estado. Sem demais
55 manifestações, as atas foram aprovadas. Feito isso, passou a leitura e deliberação da ordem do dia: 1)
56 aprovação das atas; 2) exposição pelo Sr. Luiz Corrêa Noronha sobre o Pró-Guaíba; 3) exposição
57 pelo Sr. José Luiz Porto de Azambuja sobre o Pró-Rural; 4) assuntos gerais: - Resolução de
58 reconhecimento do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; - Prêmio da Gestão
59 Ambiental para os Municípios; - Renovação do Conselho; - Unidades de Conservação Estaduais do
60 RS; - Resolução CONSEMA/97 da Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos. Após isso, a Sra.
61 Káthia Maria Vasconcellos Monteiro solicitou esclarecimentos a respeito da pauta desta reunião,
62 lembrando que o assunto deveria ser Rota do Sol, como havia sido estabelecido na reunião de março.
63 Salientou que os Conselheiros que votaram a favor de se discutir Rota do Sol, em abril, foram
64 prejudicados. Enfatizou ainda, que no seu entendimento, uma vez deliberado pelo Conselho, o tema
65 desta reunião deveria ser Rota-do-Sol. O Sr. Flavio Presser esclareceu que foi votado em março a
66 seqüência desses assuntos, verificando que deveria se discutir por primeiro o Projeto Pró-Guaíba e o
67 Pró-Rural 2000, e depois se discutiria a Rota do Sol. Como não houve a reunião anterior,
68 evidentemente, os assuntos pautados passaram para as subseqüentes reuniões. Dando continuidade,
69 informou a inversão da pauta, devido a compromissos do representante do Pró-Guaíba, iniciando a
70 exposição do tema Pró-Rural 2000. O Sr. Flavio Lewgoy pediu a palavra para fazer uma solicitação
71 formal de vistas ao Processo de Licenciamento da COPESUL, na fase posterior à Audiência Pública.
72 O Sr. Flavio Presser comunicou que os processos de licenciamentos são públicos, encontrando-se à
73 disposição nesta Fundação. Na seqüência, passou-se a apresentação do Programa Pró-Rural, pelo Sr.
74 José Luiz Porto de Azambuja. Iniciou sua explanação dizendo que o Programa foi concebido com
75 dois grandes objetivos a serem atingidos: o alívio à pobreza no meio rural e a conservação dos
76 recursos naturais. Destacou que o Projeto envolve recursos da ordem de duzentos e oito milhões de
77 dólares, dos quais metade, aproximadamente, são oriundos de um empréstimo do Governo do
78 Estado, junto ao Banco Mundial, sendo o restante dividido entre Estado, Prefeituras Municipais e
79 produtores rurais envolvidos. Informou também que o programa é destinado, exclusivamente, para
80 produtores rurais, atingindo os pobres e os muito pobres, exceto nos programas de microbacias
81 hidrográficas, onde cabe apoiar o produtor que está em uma faixa um pouco melhor. Da mesma
82 forma será possível beneficiar comunidades indígenas que serão tratadas como se fossem produtores
83 pobres. Outro aspecto comentado foi que o programa prevê um limite para produtores individuais de
84 U\$4.000 e para grupos de U\$40.000, ao longo da execução, que é de até seis anos. Disse que
85 anualmente serão fixados tetos limites dentro dos quais os municípios poderão encaminhar projetos.
86 Salientou que todos os municípios podem participar do programa, desde que tenham uma Secretaria

87 Municipal de Agricultura, um Conselho Municipal, um Fundo ou Programa Municipal, um Plano de
88 Desenvolvimento e um atendimento da EMATER. Os recursos utilizados em infra-estrutura social
89 básica, serão a fundo perdido, porque os produtores beneficiados não possuem verbas necessárias
90 para contrapartida. Em compensação, a linha de geração e melhoria de renda, será um financiamento
91 em condições favoráveis aos agricultores. Informou que o financiamento deverá ser pago em cinco
92 anos após o vencimento da carência, com um subsídio de 25%, ou seja, o produtor pagará 75% do
93 que recebeu. Para finalizar disse que na parte de manejo e conservação dos recursos naturais, o
94 agricultor receberá a muda e um recurso em dinheiro, dividido em três parcelas sujeitas a
95 fiscalização da existência das mudas, sendo estas verbas fornecidas a título de estímulo, já que as
96 áreas são de preservação permanente. Após esta explanação, colocou-se à disposição para eventuais
97 dúvidas. Por solicitação do Sr. Flavio Lewgoy, os Conselheiros receberam cópia do que foi
98 apresentado. O Sr. Fernando Petersen Júnior comentou que o Projeto é abrangente, e perguntou se a
99 aplicação de agrotóxicos tem algum enfoque ou afeta outra área. O Sr. José Luiz Porto de Azambuja
100 respondeu que quando se faz um projeto de microbacia, toda a parte de orientação técnica está
101 incluída, portanto a parte de agrotóxico é responsabilidade da assistência técnica contratada para o
102 projeto elaborado. O Sr. Flavio Lewgoy questionou se serão contempladas alternativas a fim de não
103 se utilizar agrotóxicos. O Sr. José Luiz Porto de Azambuja esclareceu que a elaboração dos projetos
104 técnicos e a definição das práticas a serem utilizadas, estarão a cargo da discussão da assistência
105 técnica com os grupos de agricultores. Salientou que se há condições, em certa microbacia
106 planejada, de se utilizar práticas alternativas, elas serão contempladas, pois a realidade da
107 comunidade é que vai determinar o projeto. O Sr. Herbert Klarmann perguntou qual o procedimento
108 para o pequeno agricultor obter o financiamento. O Sr. José Luiz Porto de Azambuja salientou que o
109 projeto foi lançado no dia 24 de abril do corrente ano, e que no dia 19 de maio do mesmo ano, estará
110 sendo feito um treinamento com a Prefeitura Municipal, a EMATER e o Banco do Estado que fará o
111 repasse do recurso, de modo que as instituições recebam todas as informações e possam repassá-las
112 aos municípios de forma padronizada. Esclareceu que o primeiro passo é o cadastramento do
113 produtor na Prefeitura, para que a assistência técnica discuta com os produtores a elaboração dos
114 projetos. O Sr. Flávio Presser questionou se a geração e melhoria de renda, que terá financiamentos
115 reembolsáveis, será oferecida ao grupo de agricultores pobres. O Coordenador do Programa
116 esclareceu que a carência tem prazos diferenciados, para que o agricultor salde sua dívida com o
117 resultado da renda obtida. Salientou que a geração de renda poderá englobar produtores que estejam
118 em um nível um pouco melhor. O Sr. Flavio Presser fez observações sobre a função da FEPAM no
119 Pró-Rural, que será responsável pelos licenciamentos, principalmente das atividades
120 agrosilvopastoris que representam potencial poluidor. Fez também comentários sobre o Programa
121 PRONAF, dizendo que seria estimado, em torno de 17 mil financiamentos e que está sendo
122 elaborado um convênio com a FAMURS, no qual os Municípios farão o licenciamento de atividades
123 de pequeno porte e de mínimo e baixo potencial poluidor, onde caberá à FEPAM a supervisão e o
124 monitoramento do mesmo. Destacou que a Fundação treinou representantes de cerca de 100
125 Municípios, com esclarecimentos sobre os critérios utilizados no licenciamento desta atividade.
126 Declarou que serão repassados à FEPAM 25% dos custos recolhidos, e que as taxas de
127 licenciamento, para atividades agrosilvopastoris, de pequeno porte e média ou pequena capacidade
128 de poluição, foram reduzidas de R\$423,00 para R\$105,00, devido à descentralização, onde os
129 municípios deverão ter menos gastos, devido ao deslocamento. Concluiu explicando que a FEPAM

130 está construindo uma estrutura de atendimento aos pequenos empreendimentos rurais, e que
131 dentro do Pró-Rural será utilizado este mesmo sistema. O Sr. José Luiz Porto de Azambuja salientou
132 que a questão ambiental é uma parte essencial para o Banco Mundial, pois são rigorosos quanto aos
133 projetos que não agridam o meio ambiente. Declarou que a primeira etapa será o treinamento, o qual
134 se estenderá até o final de junho, onde iniciarão os projetos e logo o recurso estará disponível aos
135 agricultores. O Sr. Flavio Presser, em nome dos Conselheiros, agradeceu a participação do Sr. José
136 Luiz Porto de Azambuja nesta reunião, desejando êxito ao Programa. Passou-se ao próximo item da
137 pauta: apresentação pelo Sr. Luiz Corrêa Noronha do programa Pró-Guaíba. Iniciou seu relato,
138 destacando que o Pró-Guaíba é o primeiro dos conjuntos de operações montado com os bancos
139 internacionais e que é um dos mais integrados em termos de grandes projetos de crédito que está
140 sendo feito no Estado. Em uma pequena introdução sobre a Bacia do Guaíba disse que ela é um terço
141 da área física do Estado e que nela vivem, praticamente, dois terços da população. Afirmou que o
142 projeto parte de dois conceitos: 1º- não existe nenhum espaço físico mais apropriado para discutir,
143 planejar e resolver as questões de recursos naturais de meio-ambiente do que a Bacia do Guaíba. 2º-
144 o elemento mais adequado para identificar a degradação é a água. Comentou a primeira etapa do
145 Pró-Guaíba, dizendo que a mesma já está definida, contratada e em andamento com o BID. Explicou
146 as obras em execução que são: tratamento de esgoto de Cachoeirinha e Gravataí e em Porto Alegre
147 na Zona Sul e em São João/Navegantes; ações de resíduos sólidos comandadas pelo DMLU em
148 Porto Alegre, manejo e controle de agrotóxicos, plano de ações e controle da poluição industrial,
149 rede de monitoramento ambiental, sistema de informações geográficas, estudo e consolidação de
150 parques e reservas, plano diretor de resíduos sólidos, treinamento de recursos humanos, educação
151 ambiental, aquisição de terrenos (desapropriações) e Plano Diretor de controle da bacia. Fez um
152 breve relato sobre pesquisa realizada através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, com
153 questões sobre o meio ambiente, comentando o conhecimento genérico e a preocupação da
154 população sobre o meio ambiente. Observou que o BID se compromete com uma segunda etapa,
155 desde que a primeira tenha êxito, explicou que é necessário serem definidas quais as estratégias
156 futuras. Concluiu agradecendo e colocando-se a disposição. O Sr. Flávio Lewgoy salientou que
157 considera o processo muito esperançoso, mas que não possui bases sólidas, pois as informações não
158 estão disponíveis e não se faz uma amostragem completa dos rios nas suas várias fases, o que seria
159 de total importância. Comentou também sua preocupação em relação aos agrotóxicos, fazendo
160 observações a respeito do cadastramento dos mesmos. Salientou que como faz parte da Câmara
161 Técnica Permanente de Agrotóxicos irá encaminhar, na próxima reunião do Conselho, uma sugestão
162 à Assembléia em relação ao assunto. Feito isto, o Sr. Luiz Corrêa Noronha se comprometeu a enviar
163 uma sinopse do Programa Pró-Guaíba à Secretaria Executiva para ser distribuída aos Conselheiros.
164 Esclareceu que as pessoas que estão reclamando estão entendendo mal o Pró-Guaíba, e que isso
165 talvez seja uma falha de comunicação. Afirmou que este Programa, ao contrário daqueles,
166 exclusivamente, de saneamento básico, é mais integrado, tem uma visão ampla, pois é realmente um
167 programa de gestão ambiental de uma Bacia Hidrográfica. O Sr. Flavio Presser agradeceu a
168 apresentação, dizendo que foi muito esclarecedor e antecipando que futuramente será necessária a
169 sua vinda à reunião do Conselho, para mostrar os resultados do Pró-Guaíba. Passando aos assuntos
170 gerais comentou a respeito do Decreto que será assinado pelo Sr. Governador, e que institui o
171 Prêmio de Gestão Ambiental para os Municípios, visando destacar as administrações municipais que
172 tenham, ao longo do ano, desenvolvido projetos na área da preservação ambiental. Informou que este

173 Prêmio será atribuído anualmente a três municípios. Salientou que o Município premiado receberá
174 um veículo, como um caminhão de lixo, uma ambulância, um veículo de transporte escolar,
175 justamente para que seja utilizado na área ambiental, ou com finalidades sociais. Explicou que
176 caberá à FEPAM escolher dentre os Municípios, os quinze com melhores resultados ambientais, e
177 que serão submetidos a uma Comissão do CONSEMA, constituída por nove Conselheiros, que
178 escolherão os três premiados. Informou que os resultados serão divulgados sempre na semana
179 correspondente ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em cinco de junho. Esclareceu
180 que, excepcionalmente, no ano de 1997, caberá à FEPAM, elaborar a lista dos projetos concorrentes,
181 submetendo-os a esta Comissão, a fim de escolher os que deverão ser premiados. Propôs ao
182 Conselho a criação da referida Comissão que será composta de dois Conselheiros por bloco, e um
183 Representante do IBAMA, num total de nove integrantes. Colocou a proposta em discussão. O Sr.
184 Júlio Cesar Pannebecker se colocou favorável a esta iniciativa do Governo do Estado, mas solicitou
185 não ser um dos representantes, visto que poderá, ocasionalmente, ser obrigado a analisar o seu
186 próprio Município. O Major Claudio Nuncio se apresentou e comunicou que o Major Tadeu Luiz de
187 Oliveira foi promovido a Coronel, sendo transferido para Livramento, estando impossibilitado de
188 comparecer a esta reunião. Salientou que não pode se voluntariar para participar desta Comissão, já
189 que não sabe se permanecerá como Representante do Secretario da Justiça perante este Conselho. O
190 Sr. Flavio Presser sugeriu a formação da Comissão que, sendo aceita pelos Conselheiros, ficou
191 representada pelas seguintes entidades: Secretarias de Estado, representadas pela Secretaria de
192 Coordenação e Planejamento e Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais;
193 Organizações Não Governamentais, representadas pela ABEPAN e AGAPAN; Instituições
194 Universitárias, representadas pela UFRGS e PUCRS; entidades Civas, representadas pela FIERGS e
195 Sociedade de Engenharia e representando as Entidades Federais: o IBAMA. Feito isto, o Sr. Flavio
196 Presser destacou as matérias que estão pendentes, para fins de se providenciar uma pauta para
197 discussão. Iniciou pela renovação do Conselho, lembrando que o ato de nomeação dos atuais
198 Conselheiros foi assinado, pelo Sr. Governador, em 14/06/95 e publicado no Diário Oficial do
199 Estado em 16/06/95, sendo que o ato de posse ocorreu em 28/07/95, na sede desta Fundação. Citou a
200 Seção II - DA FORMA DE PROVIMENTO E DO MANDATO, do Regimento Interno do
201 CONSEMA que estabelece o mandato dos Representantes. Informou que a Secretaria Executiva
202 deste Conselho está encaminhando solicitação às Entidades, de que trata o Artigo 4º deste
203 Regimento, para que providenciem nas devidas indicações, de forma que esta Secretaria encaminhe
204 o processo de maneira unificada, ao Governador do Estado, para que proceda a nomeação dos
205 representantes indicados. Outro aspecto comentado foi a solicitação do Sr. Bruno Irgang sobre as
206 Unidades de Conservação Ambientais, e após leitura da mesma, ficou estabelecido que o assunto
207 será pautado para a reunião seguinte à que tratará da Rota do Sol. Divulgou aos presentes sobre o II
208 ECOCANELA, Seminário de Restauração Ambiental, promovido pela ASSECAN, Associação
209 Ecológica de Canela - Planalto das Araucárias, que ocorrerá de 27 a 29 de junho do corrente ano,
210 onde será realizada a 1ª reunião sobre o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
211 Informou sobre a proposta de resolução elaborada pela Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos,
212 que busca regulamentar a distribuição e comercialização de agrotóxicos no Estado do Rio Grande do
213 Sul, conforme determina a Lei 7747/82, sendo distribuído cópia aos presentes. Esclareceu que será
214 encaminhado cópia também aos Conselheiros ausentes, para esta questão ser colocada em pauta o
215 mais imediato possível, a medida que vários problemas têm sido enfrentados por não haver esta

216 resolução. Leu os demais assuntos pendentes, que são: o parecer da Câmara Técnica Provisória do
217 Litoral; a criação da Câmara Técnica Provisória para tratar de incentivos financeiros de projetos na
218 área ambiental; a questão da Lei 7877, que trata sobre cargas perigosas; a discussão sobre ICMS
219 Ecológico; e a questão da destinação de resíduos plásticos, declarando que nas próximas reuniões, se
220 deverá pautar estes assuntos. O Sr. Júlio Cesar Pannebecker comenta que esteve no Encontro
221 Estadual de Administradores Municipais de Meio Ambiente, onde foi solicitada a apreciação deste
222 Conselho a respeito do livre comércio de agrotóxicos do Paraguai para o Estado do Rio Grande do
223 Sul. Leu a correspondência enviada, solicitando que fosse urgente a regulamentação do cadastro
224 sobre agrotóxicos. O Sr. Flavio Presser salientou que este assunto será pautado com a máxima
225 urgência possível. Lembrou que a próxima reunião fica convocada para o dia 18/07/97, conforme
226 calendário pré-estabelecido, tendo como pauta a discussão da Rota do Sol, onde será apresentado o
227 projeto pelo DAER. Não havendo mais nada a ser tratado, o Diretor-Presidente da FEPAM
228 agradeceu a colaboração de todos, encerrando os trabalhos às 17h00min. Nada mais havendo a
229 registrar, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes à reunião.

230

Flávio Ferreira Presser- Secretário Executivo do CONSEMA